

PIERRE GEORGE — RAYMOND GUGLIELMO
YVES LACOSTE — BERNARD KAYSER

A GEOGRAFIA ATIVA

Tradução de

GIL TOLEDO - MANUEL SEABRA
NELSON DE LA CÔRTE

VINCENZO BOCHICCHIO

5ª edição

 **DIFEL**

Difusão Editorial S.A.
São Paulo — Rio de Janeiro

Adrian Partridge Coriel

Título do original francês:
LA GÉOGRAPHIE ACTIVE

Copyright by
Presses Universitaires de France, Paris

PREFÁCIO

A administração dos bens e dos homens, nesta segunda metade do século XX, deixa cada vez menos lugar ao improvisismo, ao acaso e à improvisação reparadora de inconseqüências preliminares. Antes de tomar decisões tanto mais carregadas de conseqüências que dizem respeito doravante a quantidades cada vez mais importantes de matérias, créditos e homens, os chefes de empresa e os administradores procuram as informações objetivas e perspectivas que possam permitir-lhes situar sua decisão e lhes assegurar a eficácia. Constatam-se, então, certas carências ou insuficiências das disciplinas de pesquisa e de conhecimento relativos às necessidades da ação. Cada uma delas se encontra equacionada pelo fato de se achar retirada de seu isolamento teórico, pela necessidade de responder a objetivos precisos.

Tudo deve ser reconsiderado, os limites, os métodos, os objetivos, a competência, as relações com outras disciplinas, que desempenham uma em relação às outras o papel de ciências auxiliares, o lugar e a segurança da previsão. Uma legítima ambição de servir leva a anteceder qualquer adiantamento. Disso resulta confusão, desordem, conflitos de atribuição...

Não é possível hoje fazer boa administração em escala pública ou privada, sem uma sólida cultura geográfica ou sem o concurso de um geógrafo. Mas a maioria dos homens chamados a tomar responsabilidades não conhecem da Geografia senão a forma elementar de uma geografia escolar descritiva e enumerativa e

A primeira edição desta obra foi feita em colaboração com a EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

1980

Direitos exclusivos para a língua portuguesa:
DIFEL/DIFUSÃO EDITORIAL S.A.
Av. Dr. Vieira de Carvalho, 40 - 5ª andar
Telefones 223-4619 e 223-6923 - CEP 01210
Rua Marquês de Itu, 79
São Paulo - SP
Telefone 221-7725 - CEP 01223
Rua da Proclamação, 226
Telefone 270-8088 - CEP 21040
RIO DE JANEIRO RJ

ignoram o que, na medida das suas necessidades presentes, a geografia lhes pode fornecer. E a eles, tanto quanto aos geógrafos ou aos estudantes de geografia, que é dedicado este livro. A estes ensinará o que podem esperar do geógrafo e o que podem e devem pedir-lhe, para escapar do mais sério perigo: construir sobre fundamentos abstratos. Aos geógrafos, lembrará suas responsabilidades do momento, ao mesmo tempo em que convida a uma molestia que é condição de sua eficácia e de sua integração nos grupos de técnicos da construção do futuro próximo.

PRIMEIRA PARTE

PROBLEMAS, DOCTRINA E MÉTODO

I — OS ANTECEDENTES

O progresso da geografia acompanhou o da descoberta da Terra. A história da geografia, que é muito abandonada na França, permite reconstituir a evolução do pensamento geográfico. Uma primeira fase corresponde à elaboração dos primeiros mapas, das descrições de viagens e de expedições marítimas. Trata-se, ao mesmo tempo, de justificativa de missões realizadas, de atos de tomada de posse ou pelo menos de tomada de garantias sobre territórios até então desconhecidos, e sobretudo de instrumentos de guias de circulação para viagens ulteriores. Até o fim do século XIX, a descrição das terras percorridas pelos exploradores europeus nos outros continentes é a parte mais recente da geografia, que consta nos países europeus como "estatísticas de territórios".

Desta descrição decorrem duas orientações de pesquisa: a primeira abrange relações de causalidade e pode ir até o desejo de formulação de leis da geografia; a segunda se afirma mais diretamente utilitária.

A procura das relações e das leis repousa sobre a constatação de duas séries de fatos e de relações de fatos:

— A existência de relações complexas entre os dados de caráter físico, os processos de causalidade tendo pontos de partida diferentes e podendo se inter-relacionar: o clima determina as modalidades da evolução do relevo, mas a natureza e a orientação do relevo modificam os efeitos regionais e locais do clima etc.;

— A existência de relações igualmente complexas e de ações recíprocas entre fatores físicos e formas de organização da vida humana.

Há mais de cem anos que o problema foi assim apresentado. O *Cosmos* de Alexandre Humboldt é o primeiro ensaio de apresentação das correlações geográficas. "A descrição do mundo físico é a descrição... da ação simultânea das forças da natureza e das formas das quais são os produtos". O conhecimento das relações de causas e feito "evidencia as contradições que apresentam à primeira vista as forças da natureza em luta na sua ação combinada". Tem por fim guiar os homens na sua adaptação às condições do meio e na sua intervenção sobre este meio: "Saber e conhecer fazem parte do patrimônio nacional e permitem com freqüência suplementar os recursos que a natureza distribuiu em quantidade *muito pequena*...". Na mesma época, na metade do século XIX, Karl Ritter constrói uma imagem lógica do mundo e se propõe determinar as relações entre a Geografia e a História, entre o meio e as características originais das sociedades e das civilizações. "K. Ritter mostra que, na Geografia Humana, a natureza não é a única potência causal e que o próprio homem é, na superfície da Terra, um agente de transformação e de vida".¹ Na França, o mesmo esforço enciclopédico de representação e de explicação da Terra inspirou a obra de Elisée Reclus.

Mas a aplicação de um racionalismo radical à interpretação das diversas relações geográficas leva à formulação de leis, podendo ir até ao simplismo que um exame mais atento dos fatos tem denunciado progressivamente. A essa época, correspondendo a um estágio determinado de desenvolvimento do pensamento científico na Europa Ocidental, prendem-se diversas expressões do determinismo geográfico, que tiveram por principais autores Ratzel, Hettner, Huntington. No princípio, trata-se, nessa tentativa, para estabelecer uma lógica dos fatos geográficos, de um ensaio científico desinteressado. Seu resultado tem legitimamente merecido a acusação de ser uma teoria da supremacia do homem branco, mas não há razão para afirmar que no começo houvesse segunda intenção nos teóricos do determinismo. As premissas do seu raciocínio os conduziram à consideração de que os climas temperados e a diferenciação morfológica da Europa tinham engen-

drado civilizações pioneiras. O cuidado de colocar em paralelo o imperativo natural e a iniciativa do homem levou à idéia de que as melhores condições naturais tinham originado a melhor fração da espécie humana e tinham sido em seguida por ela valorizadas. Uma preocupação mais ou menos consciente de uma apresentação dialética das coisas levava do determinismo naturalista ao racismo e à Geopolítica. E, se o racismo serviu de justificação às mais selvagens conquistas e aos piores crimes coletivos, não há razão para se imputar a responsabilidade disso somente aos inventores do determinismo. Sua falta principal é haver abandonado a tradição enciclopedista de Alexandre de Humboldt, de haver seguido um processo de pensamento cientista, isolando-os de toda consideração dos fatores históricos, sociológicos, psicológicos, de haver querido sujeitar as relações humanas e as relações homem-natureza a leis idênticas àquelas cuja existência se descobria, ao mesmo tempo, no domínio da física.

Constatando que certas relações estudadas são verdadeiras e que só a generalização e a consideração exclusiva destas relações exigiam retificação ou dementido, a escola geográfica francesa procurou sua direção durante meio século entre o determinismo geográfico e a teoria do acaso histórico ou a do materialismo histórico. O estudo dos "gêneros de vida", a procura dos "princípios da geografia humana", as obras de Vidal La Blache, Jean Brunhes, Albert Demangeon, representam diversas formas desta busca das relações múltiplas entre a natureza, a história e as combinações sociais e econômicas do presente, e, por consequência, da descrição dos fenômenos motores e dos mecanismos. Desde os princípios de geografia humana de Vidal La Blache, ao *Império Britânico* de Albert Demangeon, que é a mais luminosa interpretação das questões coloniais do começo do século XX que jamais se escreveu, a intenção é a mesma: é explicativa, estritamente explicativa, preservando-se de ser justificativa de uma política, de uma doutrina. Explicativa, ela continua aberta, isto é, recusa-se a formular leis (salvo no domínio da Geografia física), limita-se a propor hipóteses interpretativas, apoiando seus argumentos no conhecimento da história e a estabelecer escrupulosos balanços de dados e de relações observadas.

A segunda corrente é, ao contrário, uma corrente utilitária. Consiste em reunir elementos de conhecimento do mundo para facilitar operações de finalidades várias. Trata-se, por exemplo, da "geografia econômica", mais precisamente da "geografia comercial", estabelecendo inventários de recursos ou de potenciais de

(1) A. Demangeon, *Problèmes de Géographie Humaine*, Paris, A. Colin, 1942, pág. 26.

produção para preparar empreendimentos de conquista ou especulações financeiras. Fazendo a soma de todos os inventários, a geografia econômica e a estatística econômica são disciplinas preparatórias dos negócios. Num domínio ao mesmo tempo mais especializado e mais geral, a geografia militar, que tem por fundamento a cartografia — aliás, base de toda apresentação dos conhecimentos geográficos, qualquer que seja a sua finalidade — explora os resultados das diversas formas de levantamentos geográficos para assegurar a posse estratégica e tática do terreno. Uma análise precisa das condições do terreno precede também a introdução do dispositivo de transportes que é uma outra forma de tomada de posse.

A expansão eutropeia teve sua geografia aplicada, a geografia colonial, destinada ao mesmo tempo a iniciar os futuros administradores ou os homens de negócio coloniais no seu quadro de vida e de ação, e a popularizar os cenários e os recursos das colônias para interessar o conjunto das nações eutropeias metropolitanas numa série de imagens familiares e paternalistas das possessões coloniais.

A pior das caricaturas da geografia aplicada da primeira metade do século XX foi a geopolítica, justificando automaticamente qualquer reivindicação territorial, qualquer "pilhagem" por pseudo-argumentos científicos.

A dualidade entre uma geografia estritamente explicativa, defendendo-se de todo compromisso utilitário, e uma geografia prática posta a serviço da posse do território pelos aparelhos militares, políticos, econômicos, aparece pois desde o princípio. A oposição é fatal na medida em que o pesquisador se deseja livre de todo preconceito de destino preconcebido, de orientação prévia da pesquisa. A geografia científica, que não cessou de progredir na análise das relações entre fatos naturais e entre estes e a evolução histórica, entre patrimônios e meios de produção ou necessidades de produção atuais, tem seguido um desenvolvimento contínuo, que se concretiza por um grande número de trabalhos científicos, em primeiro lugar teses tratando seja de balanços regionais, seja de questões de ordem geral.

Ao contrário, as diversas formas de geografia aplicada se revelaram na maior parte efêmeras, não durando além do que duraram suas razões de ser. E, bem frequentemente, aparecendo novas necessidades de recursos, é o espólio da pesquisa científica, sem outro objetivo preconcebido que o do conhecimento, que é explorado. Argumento de peso a favor daqueles que afirmam que

a melhor forma de geografia utilitária é aquela que conduz ao máximo de conhecimentos, sem sujeitar-se a uma solicitação particular de pesquisa. Todavia, não é sempre certo que o contato se estabeleça desta maneira, sobretudo se a geografia se compraz na estrita busca da explicação de situações presentes por uma análise aprofundada de seus antecedentes e das relações naturais. Histórica e naturalista, ela é documental, mas não se presta a uma aplicação prática, senão pelo jogo de coincidências entre o documento e a necessidade de conhecimentos da ação.

Impacientes por se afirmarem úteis ao desenvolvimento econômico e social regional ou nacional, geógrafos de diversos países, França, Bélgica, Países do Norte e também das regiões onde os problemas do espaço se impõem mais imperiosamente que na nossa velha Europa, no Brasil, e, na economia socialista, na União Soviética, Polónia, Tchecoslováquia... lançaram a idéia, após a Segunda Guerra Mundial, de uma geografia aplicada, à imagem da geologia aplicada. Trata-se, em seu espírito, de centrar a análise dos fatos e de relatórios de fatos sobre temas que pudessem contribuir, no menor tempo possível, para a informação dos serviços ou das empresas que têm por tarefa utilizar ou valorizar uma fração do território. Fundaram laboratórios de estudos, fizeram contrato com serviços públicos ou sociedades privadas, empreenderam a formação de especialistas ou peritos-geógrafos, organizaram colóquios, até congressos de geografia aplicada. Tal iniciativa encontra eco muito favorável junto às novas gerações, que divisam as oportunidades de carreiras desenhadas no molde das dos engenheiros e dos técnicos. Mas, em contrapartida, exprime-se o temor de uma desintegração, de uma *desnaturação* da geografia. Deve o geógrafo, para garantir a objetividade científica de suas pesquisas, fechar-se a todas as solicitações do exterior? Se, ao contrário, aceita adaptar sua pesquisa às necessidades do momento, quais são os limites e as características de sua competência? Como pode a finalidade da geografia resistir a esta mutação fundamental que representa a passagem do pensamento livre de constrangimentos, organizada segundo critérios racionais, à ação subordinada às vicissitudes da conjuntura, e qual pode ser a contribuição do geógrafo à melhoria das condições de existência das coletividades humanas? Assim se acha situado o problema da competência e da responsabilidade do geógrafo, simultaneamente em países de organização econômica, social e política tão diferentes como a U. R. S. S. e a Bélgica, e em países de desenvolvimento tão desigual como o Brasil e a França.

Mas não se propõe também naqueles onde não se lhe pede nada, porque os protagonistas da ação estimam que nada têm a es- perar dele.

A diversidade dos domínios, nos quais se aventuram certos geógrafos, não deixa de desconcertar. Um considera que, para ele, o domínio principal da geografia aplicada é a análise granu- lométrica ou mortoscópica das aluviões, porque ela permite de- duções sobre as condições e os processos de croação das vertentes e de transporte dos materiais. Outro está mais prazerosamente preocupado com as condições de alteração superficial das rochas, com a corrosão e deflactação pelo vento, que põem em perigo a fer- tilidade e a estabilidade dos solos. Um laboratório de geografia aplicada se gaba de um monopólio do estabelecimento de cartas das formações superficiais e dos solos. Mas outros grupos reque- rem as ofertas de contratos de pesquisa no domínio da organiza- ção de uma rede de serviços ou de distribuição de mercadorias, na procura das implantações mais favoráveis às "descentralizações industriais". É permitido, pois, perguntar-se se, na ânsia de apli- cação, não desaparece a originalidade, mais precisamente a pró- pria essência da geografia, se o geógrafo não é simplesmente ten- tado a substituir especialistas que se recomendam por uma outra formação e uma outra concepção sobre as relações entre os ho- mens e a natureza. Assim fazendo, deixa de responder à sua própria definição, que é ser homem de síntese; propõe aos co- manditários dos agentes de execução, que nada mais são do que auxiliares técnicos, treinados a um exercício cujo contexto não foram preparados para compreender, tornando-se presunçoso cha- mar geógrafos.

O divórcio entre a geografia e a vida seria de temer se a geografia persistisse em querer ser estritamente contemplativa. Mas o risco maior de oposição reside sobretudo nas possíveis diferenças de especificidade dos temas do estudo geográfico e dos temas da ação para a qual os geógrafos são levados a oferecer sua colaboração. Este risco pode ser evitado ou circunscrito na medida em que a geografia será claramente definida e terá, por isso mesmo, determinado sua competência em relação às outras ciências, inclusive das ciências auxiliares às quais o geógrafo recorre para elaborar sua imagem do mundo e de sua dinâmica. Parece então que a introdução do espírito e da cul- tura do geógrafo na aplicação de uma técnica não geográfica pode aumentar a eficácia dessa técnica, sem que se trate porém de uma tomada de responsabilidade do próprio geógrafo. Por outro

lado, o conhecimento geográfico sintético de uma região, ou de qualquer fração de território pode servir de ponto de partida a uma ação voluntária de organização ou de impulso da região, com a única condição de que o trabalho do geógrafo se volte mais para um inventário das coisas que virão a ser, do que para um recurso ao passado para explicar o presente, embora um implique freqüentemente o outro.

II — O OBJETO E OS MÉTODOS DA GEOGRAFIA

1.º — *A Geografia é uma ciência humana.* — O espaço terres- tre é objeto de estudo geográfico na medida em que é, sob forma qualquer, um meio de vida ou uma fonte de vida, ou uma indis- pensável passagem para aceder a um meio de vida ou a uma fonte de vida. Desta definição decorrem as características espe- cíficas da pesquisa geográfica. Deixa às ciências da natureza o estudo físico da matéria, a sistemática e a biologia dos orga- nismos vivos, na medida em que esses estudos têm por objetivo o conhecimento estrito da matéria, das plantas e dos animais. Re- serva-se, ao contrário, o esclarecimento e a interpretação de todas as relações que contribuem para a constituição de um complexo ou de um equilíbrio entre a dinâmica e a inércia de um meio, a dinâmica ou a inércia das coletividades humanas que residem neste meio, ou que aí aplicam suas iniciativas.

O estudo de um elemento do quadro natural regional ou local e de suas transformações eventuais não é de essência geográfica se for considerado como um fim em si. De fato, neste caso não sai do domínio das ciências naturais. E acontece tão fre- qüentemente que o equívoco tenha sido criado pela especialização excessiva de certos trabalhos de geógrafos, que alguns se espantam de que a geografia seja da alçada de uma Faculdade de Letras e Ciências Humanas e não de uma Faculdade de Ciências (mate- máticas, físicas e naturais)!

As coletividades humanas não vivem em contato com cada um dos elementos de seu quadro de existência, mas com todos ao mesmo tempo. O fato de ter frio não dispensa o de ter fome ao mesmo tempo e de dever se proteger dos lobos ou de dever se colocar ao abrigo das avalanchas. A escolha das zonas de habi- tação, dos sítios das aldeias ou dos tipos de casas, procede da necessidade de levar em conta tudo... e do fenômeno "secular" como do fenômeno "quotidiano". Se o homem está colocado

dentro de um certo quadro de existência, é porque encadeamentos de circunstâncias atraíram ou repeliram seus ancestrais ao lugar em que vive, seja por processos de conquista, seja por processos de frustração.

A geografia aparece assim como uma ciência do espaço, em função do que ele oferece ou fornece aos homens e como uma ciência da conjuntura e do resultado das sucessões de conjunturas.

2.º — *A Geografia é uma ciência do espaço, mas seus métodos são diferentes daqueles das ciências naturais do espaço.* — Como ciência do espaço ela é chamada a fazer balanços do que representa globalmente este espaço para os homens que ali vivem. Não pode segui-lo, senão partindo da análise de todas as peças e de todos os processos que constituem este espaço e seu dinamismo. Mas difere precisamente das ciências da natureza no fato de que, para ela, esta análise não é senão um meio, como não é também senão ponto de partida e não resultado. Recorre a seus métodos, mas os adapta às suas necessidades, que são as do conhecimento das consequências e das correlações de fenômenos mais que dos fenômenos propriamente ditos. O mecanismo a interessa no que autoriza a prever e no que comporta de repercussões sobre os outros fenômenos, igualmente específicos do meio. O que não tem mais eco sobre o futuro e sobre a vida dos habitantes deste meio está fora de sua curiosidade. Da geologia, retira o conhecimento da armadura e da composição do meio mineral, uma e outra como elementos de uma evolução. Negligencia o aparelho paleontológico que é instrumento para o geólogo, que não desemboca nos seus problemas que são problemas atuais e problemas humanos, mas o que é do seu domínio próprio, é o estudo da mais ou menos estabilidade da construção herdada dos dados geológicos em comparação aos fenômenos de ataque inerentes às características do clima, à natureza da cobertura vegetal, aos processos de destruição dos equilíbrios naturais pelas próprias coletividades humanas.

A geografia reparte, com as ciências da terra, a característica de ciência do espaço, mas não tem os mesmos objetivos que elas. Para situar as coletividades humanas em seu quadro, empresta às ciências da terra seus resultados, se necessário utiliza seus métodos, para completar a informação. Mas é mais sintética que elas. O geógrafo deve ter uma competência, que lhe torne inteligíveis, simultaneamente, processos geológicos, climatológicos, hi-

drológicos, biológicos. Esta é a condição de uma representação total do meio percebido globalmente pelas coletividades que o ocupam. É este meio sintético que recebeu dos geógrafos alemães e dos geógrafos soviéticos o nome de "Landschaft". A técnica de estudo global do "Landschaft" dá ao geógrafo uma superioridade de concepção e de iniciativa na ação, em relação a cada um dos especialistas dedicados ao conhecimento de uma categoria de fenômenos. Essa superioridade não exclui, aliás, de modo algum, o recurso à experiência de cada um desses especialistas, num empreendimento sério de balanço regional e de ação regional.

3.º — *A Geografia é o resultado e o prolongamento da História.* * — Na escala da duração da vida humana, os meios naturais parecem imutáveis. As catástrofes naturais modificam-lhes muito pouco e muito localmente os traços essenciais. Em contrapartida, os meios de ação humana sobre estes quadros naturais se transformaram com uma grande rapidez no espaço de 150 anos, pelo menos nos países da zona temperada do hemisfério norte. A história das técnicas fornece a chave das modificações das relações entre coletividades humanas e ambiente. A aquisição de instrumentos de libertação das servidões do meio natural efectua-se com tal rapidez e tal poder que não há mais nenhuma medida comum entre as relações homem-natureza, nos países tecnicamente mais avançados, e as mesmas relações homem-natureza nas regiões do globo onde o homem permaneceu nu e sem meios de defesa, dentro da floresta equatorial. Os temas de transformação dessas relações são múltiplos: tema da produção de gêneros alimentícios, tema da luta contra os parasitos e as infecções microbianas, tema da conquista do espaço pela posse de meios de transporte de gabarito e de velocidade apropriados à escala e à natureza dos deslocamentos a efectuar e pela criação de sistemas de intercâmbio entre as diversas zonas bioclimáticas e os diversos continentes.

O conhecimento histórico dos fatores e das causas do desigual desenvolvimento das técnicas precede e esclarece a constatação da diversidade actual do mundo do ponto de vista da aquisição das técnicas dos níveis económicos, das condições sociais etc.

(*) Sobre as questões aqui discutidas, ver de Georges PATENMANN *Estudos sobre o Homem e a Técnica*, Difusão Européia do Livro, 1968 (N. da E.).

Mas não há sincronismo entre evolução das técnicas e evolução das estruturas sociais, políticas, entre evolução das técnicas e evolução das estruturas mentais. A história, do mesmo modo que a sociologia, permite julgar em que medida essas evoluções são solidárias, desempenham umas em relação às outras o papel de aceleradores ou de freio, e em que medida podem também ser independentes uma das outras. Quando há correlação, é ainda a experiência histórica que permite determinar a qual fator de evolução cabe a função motora inicial, se é verdade que um só processo se ache realizado e repetido. Quando há evoluções distintas, convém entretanto separar os grupos de fatos que podem ser atribuídos a uma mesma geração e os grupos heterogêneos que associam dados pertencentes a gerações sucessivas de criações ou de impulsos. A cidade residencial nova e a mais moderna indústria pertencem a uma mesma geração. Mas o avião sobrevoa as vielas estreitas das velhas cidades... E as oposições entre realizações técnicas e atitudes psicológicas ou psico-sociais, por serem às vezes menos imediatamente perceptíveis, são mais fortes e mais importantes ainda. Só é possível compreendê-las à luz do estudo histórico.

O subdesenvolvimento — se nos limitarmos a registrar os seus aspectos técnicos e mesmo os seus aspectos sociais, políticos, mentais, tanto quanto econômicos — é incompreensível sem o recurso da história; somente ela permite compreender como se passou numa época definida de uma situação de atraso de desenvolvimento a uma situação de subdesenvolvimento, devido ao estabelecimento de relações de subordinação que implicam em alteração de todos os processos de desenvolvimento.

Na escala regional ou local, a história se materializa por uma herança de dados concretos: paisagem rural, repartição dos lugares habitados, tipos de cidades, sistemas de circulação, cuja elaboração procede de períodos que vão do século ao milênio para mais. O presente é feito de um conjunto de distorções entre possibilidades, necessidades e estados de fato, que constituem obstáculos e freios. Poder-se-ia dizer que após haver declinado a competência do naturalista, o geógrafo deva se afirmar historiador?

4.º — *Historiador do atual, o geógrafo deve prosseguir os estudos do historiador, aplicando métodos que lhe são próprios.* — A pesquisa histórica se ajusta à descontinuidade no tempo e no espaço. Um mesmo fenômeno, como a apropriação do solo e sua exploração, pode ser bem convenientemente estudado em

vários pontos diferentes de uma mesma região e para épocas diferentes. O balanço histórico da região interessada pode comportar lacunas procedentes seja da falta de documentos, seja da negligência de um fundo de arquivos ou de uma fonte administrativa impressa. O estudo geográfico, especialmente o estudo regional que é o melhor substrato para uma política regional, isto é, o indispensável laço entre o passado e o futuro, busca a continuidade. Solicita a explicação pelo recurso a séries contínuas de análises históricas. Experimenta a necessidade de colmar as brechas entre monografias locais dispersas. É, pois, frequente que o geógrafo, em presença de uma elaboração incompleta dos documentos históricos, faça obra de historiador, e eis porque é essencial que tenha adquirido os métodos de trabalho do historiador, ao menos para a utilização das fontes da história moderna e contemporânea. Mas, seguramente, seria preferível que pudesse desencadear, pela afirmação de suas curiosidades, o trabalho específico dos historiadores de profissão.

Pois seus próprios documentos, seus métodos de pesquisa e de expressão são profundamente distintos dos documentos e dos métodos do historiador. Em verdade, o geógrafo deve procurar os textos que lhe permitam definir uma situação, algumas relações. São estes textos os relatórios das empresas, nos serviços administrativos, as expressões numéricas destas situações e relações: as estatísticas. Eles requerem uma utilização das técnicas apropriadas de crítica e de elaboração que procedem, em parte, das ciências econômicas. Contudo, o geógrafo se separa do economista na maneira de atenuar as carências e descontinuidade da informação ou da documentação. A uma extrapolação matemática, ele substitui uma extrapolação fundada sobre a investigação e a observação dos sinais exteriores. Os métodos de inquérito são frequentemente emprestados da sociologia. Entretanto, enquanto que o sociólogo tem por objeto o comportamento de um grupo colocado num certo contexto concreto, mas não especializado, e se limita ao estudo exaustivo dos pequenos números ou de amostras retiradas através de sondagem, o geógrafo tem por tarefa definir formações adaptadas a quadros precisos, localizados, delimitados. Seu estudo tende para o conhecimento completo de uma porção de espaço escolhida como tema de pesquisa e delimitada levando-se em conta critérios objetivos. É pois um estudo dos grandes números.

A carta é alternadamente instrumento de conhecimento e instrumento de expressão. Instrumento de conhecimento na me-

dida em que localiza os diversos elementos de um estado e de uma perspectiva, uns em relação aos outros: primeira forma de correlação, que é simplesmente uma correlação especial. Instrumento de expressão, ela serve para mostrar, através de construções apropriadas, as relações de causalidade comprovadas pelas diversas ordens de pesquisa da competência do geógrafo e dos técnicos aos quais se destina para ampliar seu campo de conhecimento. É então carta de síntese e pode ser também carta de movimento, instrumento de perspectiva ou de prospectiva. A carta é específica do método geográfico. Mas este método geográfico é naturalmente aplicável à análise e a representações de fatos não geográficos, pois tudo o que é espacial é representável cartograficamente, mas nem tudo que é espacial é geográfico. Um estudo de representação espacial bruto, sem preocupação em estabelecer relações com fatos ou ações que interessam à vida e ao desenvolvimento das coletividades humanas, não é um estudo geográfico, mas pode ser utilizável pelos geógrafos. Por exemplo, uma carta da repartição dos casos de tuberculose na França ou em Paris não é um trabalho de geografia. Mas entra no quadro de um estudo geográfico a partir do momento em que a repartição da moléstia pode ser situada primeiramente em correlação e, em seguida, através de inquérito apropriado, em relação com condições de alojamento, de alimentação, de nível de rendimento, de consumo de álcool, de atividades profissionais de origem regional e de equipamento sanitário.

5.º — *O objetivo da aplicação dos métodos geográficos é o conhecimento de situações.* — O que caracteriza a pesquisa geográfica em relação às pesquisas das ciências econômicas e sociais é situar os dados num meio que, indiferente ao inquérito sociológico, é ao contrário, objeto de uma descrição qualitativa muito precisa pelo geógrafo. Esta localização acompanha a pesquisa de relações consideradas hoje como relações recíprocas e recorrentes e também como relações insuficientes para explicar a totalidade dos dados. O conjunto destas relações contribui para constituir uma *situação*. Uma situação é a resultante, num dado momento — que é, por definição, o momento presente, em geografia — de um conjunto de ações que se contrariam, se moderam ou se reforçam e sofrem os efeitos de acelerações, de freios ou de inibição por parte dos elementos duráveis do meio e das seqüelas das situações anteriores. Esta situação é fundamentalmente caracterizada pela totalidade dos dados e fatores específicos de uma porção do espaço que é, salvo nos casos-límites de margens

inocupadas pelo homem, um espaço ordenado, uma herança, isto é, um espaço natural humanizado.

A situação se define, antes de tudo, pela relatividade das relações entre as ações humanas e o meio. Uma infinidade de situações separam aquela que se definiu por relações simples de dependência de coletividades atrasadas — aquelas dos *Tristes Tropicos*¹ — face a um meio natural esmagador, daquela que procede de uma libertação total pelo isolamento do microclima de residência habitual e pelo recurso, para o abasquecimento das necessidades alimentares, a gêneros alimentícios vindos do exterior: as estações do Ártico, os escritórios e postos de pesquisa e prospecção minceira do Saara. Não somente a condição humana é diferente, mas a própria razão da implantação do povoamento.

Certos grupos humanos organizaram sua vida no quadro de um meio espacial definido por limites concretos e por um conjunto de recursos mobilizados pelas técnicas adquiridas no decorrer de períodos de adaptação e de arranjo, de duração mais ou menos longa. Os exemplos clássicos são os das coletividades rurais da Ásia ou da África.

Outros conquistaram a característica de pluralidade espacial. Sua situação procede, além de um conjunto de relações com o quadro residencial habitual, que é o quadro residencial da maioria, de relações de retirada ou de troca com outros meios. Não se poderia, portanto, apreciar a situação, tendo-se em conta apenas uma única série de relações, a das relações locais ou regionais. Inversamente, não se pode mais definir corretamente a situação de seus parceiros sem levar em consideração o que representa para eles também a aplicação deste sistema de relações que, sob sua forma mais radical, se traduz por uma redução de suas disponibilidades. Mas a diversidade das relações em questão é muito grande, pois que se trata tanto de relações entre metrópole e colônias, entre países industriais e países subdesenvolvidos, como entre cidade e campo e entre regiões especializadas em atividades diferentes.

Entre os elementos que caracterizam uma situação, alguns se inserem de uma maneira ou de outra em um quadro espacial: os fatores e condições de produção, as modalidades de implantação do povoamento e de organização da vida quotidiana. Outros,

(1) Cf. Lévi-Strauss, *Tristes Tropiques*, Paris, Plon, Col. "Terre humaine", 1957.

embora tenham uma extensão limitada, são indiferentes à natureza do espaço: as formas de organização econômica e social, as ideologias, as religiões. Outros levam em conta o meio concreto em seu ajustamento regional e local, mas se adaptam à diversidade do meio: — é o caso dos sistemas de comunicação (à exceção das vias aquáticas). O traçado de uma rede ferroviária ou rodoviária deve levar em conta o substrato natural, mas numa economia desenvolvida, qualquer que seja o meio natural, haverá estradas de rodagem e estradas de ferro.

Enfim, uma situação é uma soma de dados adquiridos, de relações organizadas em ordem sucessiva. Algumas dessas relações continuam a ser funcionais, integradas na evolução atual, enquanto que outras pertencem a uma herança que se degrada progressivamente e deixam, ao contrário, de ser funcionais. Observa-se muito freqüentemente um recobrimento de relações, das quais algumas estão em vias de desaparecimento, mas desempenham ainda por muito tempo o papel de entrave ou de freio, em relação ao desenvolvimento das outras. A situação do passado não está ainda neutralizada ou absorvida pela situação do presente e por aquela que se prepara para o futuro imediato. É o caso de todas as regiões ditas em "reconversão" e, de uma maneira geral, das situações desequilibradas pela brusca caducidade de um de seus elementos, seja devido a uma descoberta técnica, seja devido a uma modificação de relações econômicas gerais (criação do Mercado Comum, por exemplo).

Em resumo, a situação se define necessariamente em primeiro lugar em limites espaciais, mesmo quando a influência do espaço local ou regional se combina com os efeitos de uma pluralidade espacial. Mas a evolução da situação pode comportar deslocamento dos limites regionais ou locais, expansão ou retração do referido espaço. As heranças de situações anteriores não correm necessariamente aos mesmos dados espaciais da situação atual e, desembocando em outra situação a curto prazo, pode-se ser conduzido a reconsiderar a posição espacial.

A preocupação essencial de qualificação das relações entre as situações e o espaço concreto que está no centro de todo estudo geográfico não implica, portanto, na imutabilidade dos limites do espaço geográfico. Este espaço geográfico aparece assim, não somente como um espaço humanizado, mas como um espaço relativado, que se amolda em função das técnicas, das estruturas econômicas e sociais, dos sistemas de relações. *O próprio espaço torna-se situação.*

6.º — *O estudo de uma situação pode proceder de uma concepção contemplativa ou de uma concepção ativa.* — A partir do inventário descritivo de uma situação, a curiosidade científica pode orientar-se em duas direções:

— A primeira é a busca da explicação para dois processos conjuntos, um processo de análise de todos os fatores da situação, e um processo de descrição e de medida dos mecanismos nos quais são encaixados respectivamente cada um desses fatores para construir e animar esta situação. A resultante é a qualificação da situação que se começou por constatar, inventariar e descrever, e à qual se retorna pelas vias de explicação. Esta qualificação procede de uma hierarquia de fatores, que faz aparecer uma ou mais dominantes que, no momento presente, permitem dar uma denominação e um lugar à amostra estudada no quadro dessa sistemática. A inserção numa sistemática requer o auxílio de um método que faz parte integrante do arsenal metodológico da geografia, o método comparativo. O trabalho do geógrafo aparece assim como um ciclo fechado, partindo de uma observação espacial, recorrendo às diversas disciplinas de estudos gerais, tratando, cada uma, de um ou de vários fatores e de certos tipos de relações, para chegar à síntese da explicação regional. Esta orientação de pesquisa tem por fim único e exclusivo o conhecimento racional de uma situação em tudo o que suas relações possam ter de mais complicado pelo exame sucessivo de todos os seus antecedentes. A hierarquização dos problemas é determinada por aquilo que parecer a maior importância na gênese de uma situação, mas também por uma preocupação de fazer aparecer o que, por comparação com outras situações, é o mais original no conjunto das relações e dos estados estudados, o que é uma preocupação de tipologia, portanto, de geografia geral na síntese regional. *Este objetivo e seus diferentes corolários de formulação dos resultados são perfeitamente gratuitos. Não correspondem à pesquisa voluntária ou deliberada de conhecimentos práticos.* Comportam, entretanto, uma análise das relações e uma descrição da repar-tição dos dados da produção, do consumo e dos sistemas de relação, cujo conhecimento pode contribuir para uma administração racional, no sentido mais amplo do termo, do espaço para a delimitação da região etc.

Assim definida, a geografia se apresenta como a pesquisa de uma imagem "instantânea" do mundo. Esta imagem satisfaz

uma geração que pode crer que tudo houvera sido feito antes dela, que vivia no fim de uma revolução, a revolução industrial, que se esfalfava para seguir uma revolução agrícola, que se resignava em reconhecer que era mais uma evolução desigualmente acelerada segundo os lugares, do que uma revolução. Implicitamente a pesquisa científica repousava sobre um postulado, segundo o qual tudo o que lhe dizia respeito tinha acontecido antes. Organhava-se de ter adquirido o domínio das técnicas e organizado o mundo e recusava-se a dar a menor oportunidade àqueles que pareciam apostar num futuro diferente. Essa concepção do mundo e da imagem que dele podia dar a geografia estava tão fortemente arraigada que, quando da crise dos anos 1930, se recusou por muito tempo a entrever outras situações e outros dados numéricos que os que a haviam precedido e aos quais se devia, ao que parece, voltar, uma vez passado o acidente. Tudo o que não era aquilo que se comprazia em analisar e descrever tornava-se "anormal", o que significava confundir o futuro com o passado, excluindo do presente. A geografia se orgulhava de não se interessar a não ser pelos dados estáveis. Isto era um verdadeiro certificado de sua vocação científica. Propor um plano — e isto naturalmente — com todas as reservas relativas às incertezas de uma previsão e de uma intenção quaisquer que sejam — era considerado como uma perversão pelo menos igual àquela que consiste em afirmar fatos sem citar suas fontes...

A extraordinária aceleração de evoluções técnicas, mas também de processos históricos, modificando profundamente as relações econômicas e políticas anteriormente estabelecidas, impôs a tomada em consideração do movimento, e mesmo a opinião de que toda a situação é movimento. Por uma certa libertinagem verbal, a tomada de consciência da rapidez das transformações das condições de existência fez multiplicar, em certos autores, as "revoluções técnicas". Mas o acelerado encadecamento das descobertas e de suas aplicações fez renunciar a isto. Em menos de 50 anos, o desenvolvimento da navegação aérea deu ao homem o domínio do céu acima dos continentes, em primeiro lugar, depois acima dos oceanos e dos polos. Velocidades que pareciam vizinhas ao limite compatível com a resistência dos homens e de seus aparelhos estão hoje relegadas a um passado, onde se juntam pouco a pouco ao folclore das diligências, pelos desempenhos das máquinas supersônicas e das naves cósmicas. O drama de Hiroxima revelou às massas as enormes possibilidades da conquista da energia atômica, com sua implacável dialética, que pode fazer

dela o instrumento da destruição da humanidade ou um dos meios de destruir um dos ferrolhos que bloqueiam a ascensão de cerca de dois bilhões de esfomeados para uma condição decente. A eletrônica e automação põem em causa a natureza e a duração do trabalho. Paralelamente, situações políticas e econômicas, que se qualificavam de estáveis, foram transformadas e continuam a se transformar num ritmo rápido, diante do qual as resistências e os conservantivismos não resistem por muito tempo. A revolução soviética de 1917, a criação das democracias populares e, em particular, a revolução chinesa num país que todos se compriziam em descrever como a própria expressão do imobilismo, a abertura do Mercado Comum, a descolonização, sacudiram os equilíbrios estabelecidos, abriram o caminho às experiências, às novas construções com seu resgate de erros, de fracassos e de dramas. Tomado em tal turbilhão, o observador, e particularmente o geógrafo, não pôde mais se contentar com um instantâneo que ele sabe ultrapassado no exato momento em que exprime a sua imagem. Não escapa à prescrição de seus trabalhos pela descrição do movimento, mas, apegoando-se ao estudo dos movimentos, ele permanece na vida. E, situando-se na vida, afirma-se como um companheiro valioso para aqueles que têm a missão de organizar a vida. E ativo, seu estudo torna-se um estudo ativo que pode inspirar ou guiar a ação.

— A segunda direção de pesquisa, aquela que conduz a esta geografia ativa, nasceu pois, em grande parte, das circunstâncias, da extrema mobilidade das situações atuais. Supõe adquiridos os resultados de um inventário metódico de tudo o que é herdado do passado, portanto, métodos de investigação e de exploração, que fizeram o valor dos trabalhos dos geógrafos da primeira metade do século. Além deste conhecimento da herança, aplica-se na determinação do jogo de forças, que está incluído em toda situação de uma dada porção do espaço. Obra difícil, pois se tudo é na realidade movimento, e se não há salto para adiante em um domínio, sem repercução em todos os outros setores da atividade, a mobilidade dos dados é muito desigual. No limite extremo da formulação da desigualdade das velocidades de marcha dos diferentes objetos da análise e da síntese geográfica, seríamos tentados a perguntar se o homem não está ameaçado por uma ruptura de equilíbrio entre seus próprios ritmos de pensamento e os ritmos de evolução dos mecanismos que pôs em marcha. Mas isto já não é assunto de estudo geográfico. Em contrapartida, o imobilismo aparente de certas técnicas rurais e das

psicologias a elas associadas, se opõe de uma maneira perturbadora ao progresso das técnicas da indústria e das relações. A mesma terra africana reúne a imagem da aldeia patriarcal e do trabalho à enxada, à do aeródromo, do caminhão, da T.S.F. e do complexo automatizado de produção de energia elétrica e de alumínio. Relações estáveis não se criam sem hesitações e contradições entre elementos tão díspares. Aparecem temas de estudo inteiramente novos.

É preciso, para o futuro, ter em conta uma nova escala do espaço humano. Tendo a navegação marítima moderna e a estrada de ferro modificado as relações entre a ação e o espaço, uma nova hierarquia dessas relações se estabelece, segundo diga respeito à vida de aldeia de economia natural da administração regional, ou das relações internacionais. A mesma aldeia africana que constitui um microcosmo está integrada numa economia regional centrada sobre estas cidades embrionárias ou hipertrofiadas para as quais se evade a sua juventude, e participa do universalismo da ONU.

Mas não se trata somente destas distorções novas. O presente é perigosamente instável. Contém diversas virtualidades que é preciso isolar se se deseja dar dele uma imagem correta. O objetivo da geografia ativa é perceber as tendências e as perspectivas de evolução a curto prazo, medir em intensidade e em projeção espacial as relações entre as tendências de desenvolvimento e seus antagonistas, definir e avaliar a eficácia dos freios e dos obstáculos. É por aí que a geografia pode desembocar na aplicação. E sua missão é tanto mais importante quanto por toda parte se afirma a vontade de criar; criar para libertar-se de um passado que se repudia, criar para satisfazer necessidades imperiosas nascidas do crescimento do consumo, criar para afirmar que se possuem as melhores garantias de uma construção e de um domínio do futuro. E quanto mais velho é o mundo no qual se cria, mais complicados são os problemas da criação, mais requerem o conhecimento de uma herança complexa ao mesmo tempo que uma clareza de virtualidades do mais próximo futuro.

A distinção parece, doravante, bastante fácil de se fazer, entre a aplicação das disciplinas de análise geográfica ou das ciências auxiliares da geografia, e a da geografia sintética ativa, a única geografia.

III — COMPETÊNCIA E RESPONSABILIDADE NA ANÁLISE E NA SÍNTESE

1.º — *A aplicação das disciplinas de análise não é da alçada do geógrafo.* — Os geógrafos trouxeram à interpretação de certos dados do meio uma contribuição decisiva porque estavam habituados a uma concepção global, sintética, dos problemas. É o que pôde, em vários casos, assegurar-lhes uma superioridade metodológica e uma vantagem de eficácia sobre os especialistas de disciplinas de competência muito mais estreita. Dito de outra forma, é por sua atitude sintética que se sobressaem sobre pesquisadores ou práticos que recorrem apenas a métodos analíticos estreitamente especializados e ignoram geralmente o contexto, inclusive o contexto geográfico, do tema de seus estudos ou de sua atividade. Mas, na medida em que, para rivalizar com esses pesquisadores e estes práticos no plano técnico, os geógrafos são levados a se especializarem também, perdem sua personalidade e comprometem, a curto prazo, suas vantagens. Porque o dilema é inevitável: ou bem se é tão altamente especializado quanto o técnico para poder enfrentá-lo em seu terreno, e para isso aprende-se uma segunda profissão — como para tal fim é preciso consagrar todo seu tempo, sacrificando-se a cultura sintética do geógrafo, deixa-se de seguir os trabalhos de geografia humana aplicada em pedagogia ou em sedimentologia — ou bem faz-se questão de continuar geógrafo, e então, é sábio mostrar-se mais modesto no domínio da especialização e limitar-se a aconselhar, a auxiliar, enfim a enquadrar o trabalho dos especialistas. No primeiro caso, trata-se de uma mutação profissional. Transformado em pedólogo, geomorfólogo ou hidrólogo, o antigo geógrafo não conserva mais de sua antiga formação senão um verniz que se descama depressa. A referência à geografia não é mais uma ilusão ou um abuso de confiança involuntário. No segundo caso, a modestia do geógrafo em relação à rigorosa competência do especialista, reveste-se de uma autoridade que a experiência não tarda a impor. Porque o geógrafo traz e é o único a poder trazer os ensinamentos de uma concepção global dos conjuntos e das relações. Capaz de assimilar os resultados das pesquisas das mais diversas especialidades, o que já não é pouco e o que deveria satisfazer amplamente suas ambições, ele é, por definição, o agente de coordenação, o intermediário natural entre o exército dos técnicos especializados e a política que toma as

decisões na dupla consideração das necessidades de fato e das opções do momento.

É seguramente deplorável no absoluto e para o andamento de certos trabalhos, que os geólogos tenham muito frequentemente negligenciado sua cultura geográfica, que os pedólogos não tenham sempre o senso da generalização espacial dos resultados de suas experiências e de suas análises de laboratório. Estará o remédio na substituição pelo geógrafo do geólogo ou do pedólogo, com todos os inconvenientes que acabam de ser assinalados? Quando muito pode-se entrever que os institutos de geografia ou os serviços de organização do território deixam formar especialistas complementares, geomorfólogos mais especializados que os geólogos no estudo dos fenômenos atuais, por exemplo, mas sem pretender lhes dar a designação de geógrafos que não deve ser aviltada sob pena de ser desconsiderada. Não seria mais prudente recomendar que fosse desenvolvido um ensino apropriado dos conhecimentos geográficos para todos os especialistas e técnicos das ciências da natureza, como para todos aqueles possuidores de uma formação econômica ou no domínio das ciências sociais? Nenhuma hesitação parece possível entre as duas soluções. E é necessário frisar bem que o ensino geográfico, então, necessário, não é um ensino limitado, especialmente concebido para práticos das ciências da natureza ou de tal ciência econômica e social, mas o ensino geográfico por excelência, isto é, de toda a geografia, da geografia global e sintética analisada nos seus constituintes e apresentada finalmente em suas situações, isto é, sob a forma da geografia regional, da geografia regional dinâmica.

2.º — *O estudo das relações orgânicas entre diversos elementos de produção e de consumo e sua projeção no espaço permite definir os mecanismos e os processos de sua regulação.* — O problema específico da geografia é estudar, no interior de um espaço definido, todas as relações de causalidade entre os fenômenos de consumo no sentido mais amplo do termo — incluindo-se a ocupação dos alojamentos e o recurso aos serviços — e os fenômenos de produção, determinar os grupos homogêneos de evolução síncrona e correlativa, isolá-los dos simples feixes de coincidências circunstanciais e fazer aparecer as contradições e as sobrevivências inibidoras.

O motor que anima a maior parte dos processos interessados é o consumo do grupo humano. É proporcional ao número de

habitantes e as taxas de consumo individual do grupo considerado. A evolução dos últimos cento e cinquenta anos mostrou que as necessidades dos homens eram praticamente limitadas e que, na medida em que são realizadas as condições de uma diversificação crescente e de um crescimento quantitativo correlativo do consumo, este aumenta de uma maneira continua por crescimento simultâneo da absorção individual de produtos e de serviços pela classe mais favorecida e por uma participação cada vez maior das massas no consumo. Mas o impulso demográfico contraria e pode revisar esta evolução nos países em que o crescimento natural é mais rápido, — de tal maneira que as oposições entre os regimes de consumo tornam-se cada vez mais marcadas.

Durante muito tempo, as necessidades foram regidas por hábitos de civilizações contidas em domínios geográficos facilmente definidos, produtos de evolução histórica específicas destes meios. P. Vidal de La Blache pôde assim definir as civilizações caracterizadas por seus regimes alimentares, a alimentação constituindo o essencial das necessidades em sociedades de níveis de vida muito baixos. Pôde-se falar — até o início do século XX — de equilíbrios regionais realizados entre necessidades de uma população e sistema de produção baseado na colheita de uma ou várias *plantas de civilização*. Estes equilíbrios procediam, aliás, em grande parte, de uma regulação da evolução quantitativa do grupo pelas fomes.

A expansão européia teve por efeito uma universalização das necessidades, ao menos a título virtual e psicológico e a multiplicação das formas de produção de matérias brutas ou semi-elaboradas em todos os países do mundo para o mercado da Europa. Disso resultaram sistemas de relações cada vez mais complicados e tendências de desenvolvimento que se exprimem de maneira cada vez mais imperiosa.

Convém, pois, em cada país, proceder a uma avaliação, em quantidade e em espécies, das necessidades da população, e buscar os processos que asseguram a satisfação dessas necessidades. Trata-se em primeiro lugar, do recurso à produção nacional, isto é à utilização do território por um lado, da força de trabalho representada pela população de outro lado. Para certos países as relações produção-consumo se restringem a relações fechadas no quadro espacial do território nacional. Convém determinar por quê. Não é menos necessário saber em que medida as necessidades virtuais ou expressas são satisfeitas nessas condições. O *deficit*

é atribuído a uma incapacidade fundamental do território ou a obstáculos à plena utilização desse território? Neste caso, qual a natureza desses obstáculos? Quais são os freios que o desenvolvimento de uma economia produtiva encontra? São freqüentes os casos de economias quase fechadas que são também economias de miséria ou de mediocridade em território cheio de promessas. Os mecanismos mobilizadores são bloqueados por estruturas sociais, por seqüelas de tutelas paralisantes, por um bloqueio de créditos etc. Denunciar os obstáculos não é resolver o problema, mas é fornecer, àqueles que têm os instrumentos políticos de ação, os meios de fazê-lo evoluir.

Um segundo caso é o dos países cujo consumo é assegurado pela produção de recursos de origem exterior a seu território. Inicialmente, este recurso procedeu de uma sujeição de diversos países estrangeiros às comodidades de uma economia dominante. Esse sistema originou todo um dispositivo institucional, financeiro, comercial, que leva a uma "reconversão" quando as relações anteriormente estabelecidas se modificam ou se rompem. Disso podem resultar não somente reformas de estrutura, mas também esterilizações locais ou regionais, se um porto, uma cidade ou uma região viviam essencialmente do papel de intermediário entre a economia dominante e os países solicitados. As "reconversões" necessitam da entrada em ação de novos mecanismos. Além disso, o recurso às fontes exteriores se apóia sobre o desenvolvimento de uma economia de trocas e de serviço. Um país assegura a cobertura universal de seu consumo, na medida em que ele é capaz de vender ao mundo inteiro os produtos nacionais ou de oferecer o serviço de seus bancos, de suas companhias de navegação, de seus técnicos, de suas sociedades de investimentos e de criações industriais.

As relações são, pois, de naturezas muito diferentes: relações entre formas de consumo — em particular regimes alimentares — e aptidões do território, relações reguladas pelas técnicas e as formas de organização (estruturas) aplicadas à mobilização dos recursos, relações entre formas de consumo — e em particular cursos de produtos industriais — e as capacidades de produção que procedem do equipamento industrial, da qualificação de mão-de-obra, e dos quadros administrativos, das disponibilidades de investimento, tanto da presença sobre o solo e no subsolo nacional de recursos brutos em minerais, em matérias-primas e em energia etc. Relações também entre consumo e dispositivo comercial de intercâmbio com o resto do mundo, implicando pro-

blemas de créditos, de divisas, de acesso aos mercados exteriores etc.

Se as relações são de naturezas múltiplas, são também de escalas muito diferentes, segundo se examinem os mecanismos da vida cotidiana numa região de alguns milhares ou de algumas dezenas de milhares de km², ou numa cidade ou mesmo quando se trata de problemas à altura de um grande Estado. O primeiro é o lugar da região ou da cidade num dispositivo mais vasto de relações consumo-produção. Isto feito, é relativamente fácil desvendar a meada, freqüentemente embulhada, das relações que passam pela região ou pela cidade e que comandam sua atividade, determinando-lhe a prosperidade ou o declínio.

Sendo definidas as relações, os sistemas de relações devem ser situados e é aqui que o trabalho do geógrafo se separa radicalmente daquele do economista, que se contenta com a qualificação dos mecanismos. Um mesmo país, qualquer que seja seu grau de desenvolvimento na situação atual do mundo, se decompõe em estratos superpostos, cada um deles composto de elementos de dimensões diferentes. Certos problemas, os problemas rurais em particular, podem ser parcialmente estudados na escala de pequenas regiões no interior das quais se desenvolvem as relações simples, mas fundamentais, entre meio natural e formas de utilização do solo. Da mesma forma, a organização da vida quotidiana numa aglomeração urbana se situa nesse mesmo nível de base, distribuição dos produtos de consumo, transportes quotidianos, conjunto de serviços na escala do bairro ou da cidade etc. Esse estrato inferior corresponde a uma representação cartográfica em grande escala: a dos problemas de interesses individuais ou das coletividades locais.

Mas nada pode ser completamente explicado, analisado e prospectado se não se eleva a um outro nível, o dos mecanismos de produção ou de comercialização que se graduem, desde a escala regional até a escala de um continente ou de uma fração do planeta: escala dos problemas de grupos, dos interesses nacionais ou internacionais e de seu confronto.

Esses estratos sucessivos não se superpõem indiferentemente. Encaixam-se uns aos outros e, assim sendo, modelam-se, deformam-se de tal maneira que os mecanismos que regem a vida econômica e a vida social de um Estado ou de uma região, embora pertencendo a uma mesma família estrutural que aqueles que pesam sobre um Estado vizinho ou sobre uma outra região, não funcionam exatamente da mesma maneira. O impacto de

um sistema de desenvolvimento sobre um meio que reage por suas propriedades inertes e pela herança de seu passado histórico próprio, apresenta características originais, que vão orientar, acelerar ou retardar certos processos. E é neste sentido que não há leis econômicas universais, mas uma infinidade de formas de aplicação de esquemas teóricos. O geógrafo é o especialista deste estudo diferencial, enquanto que, por definição, o especialista trabalha nas grandes escalas e somente nas grandes escalas. É o único preparado para fazer aparecer e para representar cartograficamente, em sua verdadeira extensão, todas as variantes de um sistema ou de um mecanismo relacionado, por outra fonte, a um tipo padronizado. Essa diversidade aparece em primeiro lugar, na discordância entre as imagens tomadas ao nível inferior (escala da pequena região) e as imagens dos níveis superiores (pequena escala). Mas, na medida em que os quadros superiores são suportados por elementos de base muitos diferentes daqueles que os sustêm algures, esses quadros superiores são também modificados. Em consequência, certos processos de ação são desigualmente eficazes, segundo os meios de base aos quais se espera aplicá-los. O transporte aéreo se classifica entre as técnicas de aplicação sobre espaços muito extensos. Segundo a economia local, seja a da Europa do Noroeste, da América do Norte, da África ou da Sibéria, seu papel, sua rentabilidade, seu caráter técnico são profundamente diferentes.

Além disso, um mesmo dado pode mudar de escala no decorrer da evolução, ou se apresentar em escalas diferentes em países distintos. Estas modificações de dimensões são acompanhadas, aliás, de mutações qualitativas. A concentração industrial, por exemplo, faz passar, num país, o fato geográfico que é a empresa de um plano quantitativo a um outro e, deste fato, introduz novas formas de relações no espaço e na natureza das coisas. As zonas de irradiação, de influência, de recrutamento da mão-de-obra dilatam-se, e, ao mesmo tempo, certas relações se rompem, elementos do antigo sistema morrem, outros nascem.

Em princípio, o instrumento de representação e ao mesmo tempo o guia de ação pode ser sintetizado sob a forma de um atlas, no qual, a propósito de uma dada parte do globo, tratou-se de todos os fenômenos e todos os conjuntos de relações de fenômenos, em representação cartográfica com escalas diferentes, segundo os "níveis" de combinação dos fatores e das ações que constituem a situação desta parte do globo, isto é, ao mesmo tempo seu estado e seu potencial.

E é efetivamente sob esta forma, que se passa do descritivo ao prospectivo e ao perspectivo, do estudo geográfico puro ao plano de organização regional.

3.º — *A geografia regional pode e deve vir a ser perspectiva.* — Partindo da noção dinâmica de situação, que consiste em definir uma região como um conjunto de ações de intensidade variáveis suscetíveis de contribuir para muitas formas de equilíbrio, é fácil definir a função, aqui absolutamente decisiva e insubstituível, do geógrafo. Está o homem de ciência melhor colocado para diagnosticar, em cada momento de uma evolução complexa, o papel de cada fator, a finalidade e a intensidade de cada ação, e para indicar os remédios, isto é, os meios de intervir para obrigar a levantar um freio, deslocar ou abater um obstáculo, liberar um processo evolutivo, bloquear um processo destrutivo. Fica evidente que, se tem a responsabilidade do diagnóstico, se divide a da posologia com os representantes das ciências econômicas e sociais, não lhe cabe tomar as decisões e aplicar os remédios, e isto ainda mais que, o mais freqüentemente, uma situação atual apresenta diversas virtualidades de evolução, segundo se influa diferentemente sobre seus mecanismos. Uma escolha se impõe em face de cada situação. Esta escolha comporta a concessão de certas vantagens, o sacrifício de certos privilégios. É, pois, política. Aí se situa a linha de demarcação entre a geografia ativa e perspectiva e a ação administrativa. Mas uma seria sem fundamento válido sem a outra.

4.º — *Um dos primeiros objetivos da geografia regional é definir e delimitar a região.* — Uma ação não se concebe senão num quadro material bem definido e delimitado. Na falta de critérios válidos, os limites são convencionais ou repousam sobre uma consideração que não é necessariamente a mais conveniente à organização da vida regional. É da competência do geógrafo estudar os problemas da divisão regional e fornecer opções, pois é excepcional que se possa propor uma só e única forma de parcelamento. Realiza plenamente sua tarefa na medida em que leva em conta, para justificar suas proposições, o maior número de fatores. Certas experiências foram decepcionantes, precisamente porque, recusando-se a sacrificar dados, sem dúvida objetivos, mas em última análise secundários, os geógrafos, desprezando as necessidades da coordenação e da adaptação dos quadros regionais às técnicas que dominam o espaço, defenderam divisões irrisórias por sua pequenez e sua inutilidade prática.

Os problemas, seguramente, são árduos. Fora das regiões naturais, que são unidades aparentemente intangíveis e na realidade convencionais, porque seus limites variam segundo a escolha do critério principal (geológico, hidrográfico, hipsométrico, climatológico, biológico...), todo recorte regional corresponde a um equilíbrio de força presente ou passada e se exprime sob forma de um perímetro de competência ou de autoridade. Não há limites traçados, senão os limites políticos ou administrativos, respondendo a necessidades de ordem jurídica e funcional. Mas estes limites traçados podem passar da ordem de oportunidade e comodidade de serviço à de obstáculo ao desenvolvimento e à boa marcha dos serviços. São, pois, superados pelos fatos remontados por outros limites e a confusão que disso resulta não é senão a expressão do movimento. Onde se declinam as características próprias a um conjunto geográfico no momento presente? Onde deveriam ser traçados limites de gestão correspondendo à conjuntura? Trabalho de geógrafo por excelência, no qual participam amplamente os economistas, mas onde a missão própria do geógrafo é fazer aparecer as contingências que guiam, deformam e limitam os "fluxos".

A região não estando nunca só¹, os limites são linhas de equilíbrio entre os sistemas de forças das diversas regiões. Mas cada forma de atividade, atividade produtiva ou atividade de relação, atividade de consumo, tem seus próprios sistemas de forças, com grandes diferenças de intensidade (a ordem de grandeza da região de relações ferroviárias e de relações rodoviárias é diferente das da região de transportes aéreos — as dimensões de um mercado de produtos perecíveis e as de um mercado de produtos industriais não são as mesmas etc.). Há pois hierarquia de regiões e superposição de regiões. Os centros de aplicação ou de saída das linhas de forças são os núcleos de ações, as cidades. Uma região, um conjunto de regiões se identificam com redes urbanas.

Toda política de organização ou de planificação regional começa pela procura de uma divisão regional, correspondendo à conjuntura e à escolha de temas de ação para o futuro próximo. O geógrafo pode, pois, ser chamado a formular várias hipóteses: a hipótese média, correspondendo à manutenção dos equilíbrios atuais e diversas variantes, procedendo dos efeitos da escolha de

certas fórmulas de desenvolvimento, fazendo a delimitação do possível e do impossível num determinado prazo. Esta responsabilidade do geógrafo tem sido batizada nos países de economia planificada "regionalização do território".

5.º — *Nenhuma região sendo suposta meio fechada, o geógrafo pode e deve definir as necessidades, as possibilidades e as opções de uma vida de relação.* — Estando a região delimitada, analisadas suas virtualidades, a escolha da opção — que pertencerá ao administrador ou ao político —, será guiada pela consideração da *conjuntura de relações*: relações de região para região, relações econômicas e políticas internacionais. Tal empreendimento, que é inútil se a região tem acesso ao mercado internacional sem obstáculos de nenhuma espécie, torna-se imperiosa se ela se encontra, ao contrário, numa situação de isolamento. A mobilização dos recursos em linhito, o desenvolvimento da indústria química da Europa Central, devem muito a tipos sucessivos de situação de bloqueio. Em contrapartida, a abertura dum mercado comum obriga a rápidas reconversões. O conhecimento qualitativo das virtualidades de cada região, de sua permeabilidade à grande circulação, permitem fazer, em cada circunstância, um balanço exato. A consideração de semelhante balanço pode recomendar associações inter-regionais, para favorecer uma nova orientação do trabalho de cada uma das regiões associadas numa preocupação de valorização ótima das aptidões naturais e humanas, de redução dos gastos de exploração, repercutindo, seja sobre as possibilidades de venda para fora numa situação de grande competição e de necessidade de trocas, seja sobre o alargamento do setor distributivo.

Tais pesquisas de organização inter-regional e de complementaridade técnica e económica, que podem ser estendidas ao estudo de relações entre países desigualmente desenvolvidos, são absolutamente específicas da geografia.

6.º — *A responsabilidade dos geógrafos do século XX procede da urgência e da importância das necessidades que resultam da revolução demográfica.* — Até esta metade do século XX, o geógrafo podia restringir-se a estabelecer balanços e a propor as mais sãs explicações. A brutal pressão do crescimento da população do mundo, que se exerce sob as formas mais diversas, que fende por todas as partes as construções elaboradas no século XIX, obriga a organizar e a organizar rapidamente novos planos. Estes planos são necessariamente harmonizados com as

(1) Salvo o caso particular das ilhas.

perspectivas do desenvolvimento demográfico sobre planos geográficos diferentes, segundo se trata de buscar uma solução local para o problema da população ou de harmonizar desenvolvimentos de regiões e de frações de continentes distintas. Todas as escalas são utilizadas, desde as que convêm à organização de uma cidade residencial de 10.000 habitantes e de seus serviços, até aquelas que interessam o conjunto do Mezzogiorno, o Brasil ou uma parte da África tropical. A demografia propõe os problemas; a geografia, com a ajuda das ciências econômicas e sociais, situa, pesa e mede as soluções. Fixa as condições e os limites delas.

Ela possui para isso todos os meios, e somente ela possui todos os meios, e é o que faz de sua responsabilidade uma responsabilidade muito pesada. Porque uma humanidade em rápida expansão numérica, cada vez mais exigente, não perdoa erros que se podem traduzir em catástrofes humanas. Contudo, convém lembrar, uma última vez, que não se deve confundir expansão das necessidades e das possibilidades e decisão, e que toda decisão que não está exatamente conforme com uma das opções cientificamente definidas ressalva a responsabilidade do cientista. *É por isso que é tão importante separar a missão de uma geografia ativa, que é trabalho científico, de uma geografia aplicada, ou mais exatamente de uma aplicação dos dados fornecidos pela geografia, que é tarefa de administradores sensíveis por essência e por obrigação a outras considerações e a outras pressões, que as que decorrem da pesquisa científica.* Assim limitado, o domínio da geografia ativa fica bastante vasto para mobilizar neles todas as boas vontades armadas das competências indispensáveis: balanço geográfico do subdesenvolvimento ou mais exatamente dos subdesenvolvimentos, contribuição da geografia à compreensão do desigual desenvolvimento dos setores industrial e agrícola, e da diferenciação do desenvolvimento de cada um desses setores no espaço, aspectos geográficos da coleta e da distribuição dos produtos, condições e formas geográficas do desenvolvimento urbano, diversidade das combinações locais e regionais, formação e deformação das regiões, mecanismos e meios de ação sobre os mecanismos...

A tomada de consciência destes objetivos põe um termo à ilustração de universalização das relações geográficas. Da mesma forma que a geografia física, elaborada inicialmente sobre a análise dos processos de destruição e construção do relevo em meio climático temperado, tornou-se zonal, quando se concebeu que a erosão dita "normal", não era na verdade senão o movimento do relevo em

zona temperada, a geografia humana acaba de se liberar das pressões de acesso a relações de causalidade válidas na escala planetária. Admitir-se, hoje, que tal definição, como a da cidade em relação às formas de agrupamento rural, não teria o mesmo valor em economia mercante, com mais forte razão industrial, e em economia de agricultura preponderante pré-industrial. O reconhecimento de uma diferenciação dos mecanismos segundo o grau de desenvolvimento e segundo a natureza das relações econômicas implica na conclusão de que, no presente momento, cada situação comporta seu próprio desenvolvimento, que se trata de contribuir a exteriorizar. *Exclui toda idéia de transferência pura e simples de soluções, cujas provas foram feitas em circunstâncias e num quadro diferentes.* Eis aí uma visão especificamente geográfica das realidades, que se opõe a diversos erros universalistas, aos quais pode conduzir um excessivo rigor de certas lógicas econômicas. Supõe cada vez mais uma tomada de conhecimento *por dentro* de situações que foram durante muito tempo, encardadas de fora, sob uma forma esquemática, estilizada e folclorizada. O que importa, para definir as possibilidades de uma evolução, não é o que pensam aqueles que a observam de seu gabinete, mas o que querem e podem fazer os que são seus artífices.